



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### CAPÍTULO I. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de serviços de acesso à Internet (link backup), para o prédio sede do TRE no Estado de Mato Grosso do Sul.

1. Aplicam-se à prestação dos serviços a serem contratados as condições indicadas neste Termo de Referência e na Minuta do Contrato, sendo estas complementadas, de forma subsidiária, pelas demais normas aplicadas ao objeto da contratação;
2. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência será realizada mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, prevendo-se a execução indireta no regime de empreitada por preço unitário (alínea 'b' do inciso VIII do art. 6º da Lei 8.666/93);
3. Não utilizar a infraestrutura da empresa contratada para fornecer o link principal (IDL Net), uma vez que, em caso de falha na infraestrutura do link principal, o link backup não pode ser afetado pela mesma falha.

#### CAPÍTULO II. DA VIGENCIA, LOCAL DE INSTALAÇÃO, PREÇOS UNITÁRIOS E SOLICITAÇÃO DE ATIVAÇÃO DO SERVIÇO (DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS)

1. A descrição resumida dos serviços, dos locais de instalação e preços máximos unitários e totais admitidos pelo TRE-MS constam indicados abaixo:

Item 01 - Link backup de dados - 500Mbps - Campo Grande/MS			
Descrição	Quantidade	Local de Instalação	Valor máximo mensal
Link de Dados 500 Mbps	1	Campo Grande/MS - Datacenter	R\$ 8.786,67
Valor Anual			R\$ 105.440,04
Valor Total da Contratação (24 meses)			R\$ 210.880,08
Valo mínimo do intervalo entre os lances			R\$ 10,00

2. O link deverá ser instalado no endereço **Av. Des. Leão Neto do Carmo, 23 – Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.**

2.1. Poderá haver a necessidade de alteração no endereço indicado acima, uma única vez, durante a vigência do contrato. A instalação do link deverá ser realizada no endereço indicado pelo fiscal da contratação, desde que no mesmo município, sem majoração do preço inicialmente contratado.

2.2. A contratada deverá fazer a instalação do link de imediato, após a assinatura do contrato, para que seja tão logo ativado.

3. O período de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, por interesse das partes, com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

### **CAPÍTULO III. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NO ITEM 01 (Link backup de dados - 500 Mbps – Campo Grande/MS)**

#### **REQUISITOS:**

1. Outorga emitida pela ANATEL para operar enlaces de comunicação de dados multimídia dentro da Região II do Plano Geral de Outorgas da ANATEL, ou outorga emitida pela ANATEL para operar enlaces de comunicação de dados multimídia em nível nacional.

#### **CARACTERÍSTICAS GERAIS:**

1. Os serviços de acesso à internet, **com velocidade de 500Mbps**, doravante denominados link backup de acesso - secretaria, a ser contratado pelo TRE-MS, estão detalhados no presente Capítulo.

2. Os serviços compreenderão basicamente a interligação da rede interna das secretarias do TRE-MS com a rede da operadora CONTRATADA, e a utilização desta para a transmissão de dados e conexão à internet.

3. A operadora deverá fornecer ao menos 16 (dezesesseis) IPs fixos e válidos na internet, sendo ao menos 13 (treze) para uso do TRE-MS, 01 (um) para endereçamento de ativo roteador, 01 (um) IP de rede e 01 (um) IP de *broadcast*.

3.1. A operadora deverá ser um *Autonomous System* (AS) a fim de garantir a não alteração dos endereços IPs fornecidos durante a duração do contrato, o que geraria impacto nas configurações dos equipamentos do TRE-MS.

3.2. O IP deve ser de um bloco AS obrigatoriamente pertencente à empresa contratada;

3.3. Os IPs fornecidos para o TRE-MS devem ser registrados para o território brasileiro (atributo *country*) e deve estar registrados para o TRE-MS (*owner*).

3.4. As verificações de informações de AS e IPs será feita pela ferramenta LACNIC (<https://query.milacnic.lacnic.net/>) ou equivalente.

4. O link de acesso à internet deverá possuir dimensionamento correto para garantir a transmissão de dados de acordo com a velocidade contratada.

4.1. O ***Backbone, backhaul e última milha*** do link fornecido **não poderão utilizar infraestrutura da Operadora IDL Net**, uma vez que o link principal é fornecido por tal empresa e uma falha generalizada em sua infraestrutura causaria a parada de ambos os links do TRE-MS (principal e backup), perdendo o objetivo buscado por um link backup.

5. Deverão ser disponibilizados os meios de aferir a velocidade, latência e perda de pacotes do link instalado.

5.1. Caso não seja disponibilizado meio de aferição, a operadora não poderá refutar as medidas utilizadas pelo TRE-MS na medição das velocidades contratadas, latência e perda de pacotes.

6. Latência e Perda de Pacotes

6.1. A média do tempo de retardo na comunicação (latência) do ponto de Internet para os domínios de teste deverá ser igual ou inferior a 50 milissegundos.

6.2. A perda de pacotes máxima admitida será de 2% para os domínios de testes.

- 6.3. Deverão ser considerados domínios de testes o domínio google.com.br e simet.nic.br. Nos casos que ficarem constatadas distorções nos resultados por conta dos domínios de testes, outros domínios poderão ser usados, desde que de comum acordo entre a CONTRATADA e o TRE-MS.
- 6.4. Os testes de Latência e Perda de Pacotes deverão ocorrer sem concorrência com outro tráfego gerado pela rede interna, a fim de evitar perda de pacotes por exceder a largura de banda.
- 6.5. Os testes deverão ocorrer em janelas de 5 (cinco) minutos, com no mínimo 60 amostras por janela.
- 6.6. A variação de latência ou perda de pacotes superiores aos limites informados será considerada como indisponibilidade da conexão para efeitos de SLA.
7. A operadora fica obrigada a prestar o devido suporte técnico quando da instalação e durante a utilização dos serviços.
8. A implantação poderá ser feita por empresa terceira, ou seja, poderá haver subcontratação, desde que respeitados os limites legais.

## EQUIPAMENTOS:

**9. Deverão ser fornecidos, sem quaisquer ônus ao TRE-MS, todos os equipamentos e acessórios necessários à ativação do link contratado (tais como: modem, roteador, cabos, etc.), devendo os mesmos funcionar com a tensão elétrica de 220V~, vedada a necessidade da utilização de conversores de tensão. Os equipamentos fornecidos deverão ser instalados no Datacenter do TRE-MS a fim de utilizar o mesmo fornecimento de energia dos demais equipamentos do Datacenter, de forma que uma oscilação de energia externa ao Datacenter não gere interrupção na comunicação de dados contratada.**

- 9.1 Para o correto funcionamento dos equipamentos dentro do Datacenter do TRE-MS se faz necessário o uso de plugues de energia no padrão IEC C14 os quais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, podendo ser utilizado um único adaptador de IEC C14 para o padrão do equipamento.
10. O link deverá ser entregue através de porta do tipo *GigabitEthernet*, ou superior, para comunicação com a rede LAN do TRE-MS.
- 10.1. Os equipamentos deverão ser compatíveis com o *appliance CheckPoint®* e switches Aruba/HPN® existentes no TRE-MS.
11. Deverá ser disponibilizado meio de monitorar o link, através do protocolo *SNMP* com acesso somente leitura, versão 2 ou 3, para possibilitar a coleta de informação dos seguintes recursos de forma remota:
- 11.1. Carga de processamento do equipamento de roteamento;
  - 11.2. Bytes trafegados pelas portas WAN e LAN do equipamento de roteamento;
  - 11.3. Velocidade configurada na porta WAN do equipamento de roteamento;
  - 11.4. Taxa de erro das portas WAN e LAN do equipamento de roteamento.
  - 11.5. Caso não seja disponibilizado meio de aferição, a operadora não poderá refutar as medidas utilizadas pelo TRE-MS nas medições supra citadas.
12. Todas as informações de configuração para acesso somente leitura de que trata a cláusula anterior (comunidade, usuário, senha, etc.) deverão ser fornecidas ao TRE-MS.
13. Todos os equipamentos deverão ter dimensionamento correto para trabalhar com a velocidade contratada.
14. Os equipamentos e acessórios fornecidos para a ativação dos link contratado deverão ser imediatamente substituídos (sem quaisquer ônus ao contratante) pela operadora no caso da

constatação de defeito/avaria ou mesmo falta de funcionalidade que prejudique a utilização ou monitoração dos serviços e cuja causa não seja imputada ao TRE-MS.

### GARANTIA DE BANDA:

15. Os serviços de acesso à internet de que trata este item deverão possuir garantia mínima de 95% (noventa e cinco por cento) da banda (velocidade) contratada, para download e upload.

16. O uso de “trunking”, ou seja, o uso de mais de um enlace para atingir a velocidade para o link contratado, será permitido, observando o limite máximo de 04 (quatro) enlaces.

16.1. Ao utilizar o recurso de “trunking” a operadora deve observar que o link somente será considerado ativo caso todos os enlaces que compõem o “trunking” estejam funcionando corretamente, ou seja, a falha em um dos enlaces que compõe o “trunking” significa que o link contratado não estará ativo corretamente, implicando em abertura de chamado de manutenção e contagem de tempo de indisponibilidade.

16.2. Ao utilizar o recurso de "trunking" a operadora deverá disponibilizar ao TRE-MS meios de monitor os enlaces de forma individual através de protocolo *SNMP*.

### DAS CONFIGURAÇÕES:

17. A operadora será responsável pela configuração dos equipamentos necessários para o correto funcionamento do link de acesso à internet.

### DISPONIBILIDADE:

18. A CONTRATADA deverá garantir que o link deste item tenha SLA (Service Level Agreement) estabelecido de, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) de disponibilidade, a ser medida mensalmente através de ferramenta disponibilizada, sem custo, pela contratada ou por ferramenta do próprio Tribunal.

18.1. Após a soma das interrupções ocorridas no mês, será considerada uma hora de indisponibilidade qualquer fração de tempo igual ou superior a trinta minutos e desconsiderada as inferiores.

18.2. A indisponibilidade será computada do momento de abertura do chamado através da central de atendimento da CONTRATADA até o momento do restabelecimento da conexão que deverá ser validada pela equipe do TRE-MS.

18.3. Caso a indisponibilidade seja ocasionada pela equipe do TRE-MS (ex. desligamento de equipamentos) não será computado o tempo de parada para fins de SLA ou indisponibilidade.

18.4. Os meios e procedimentos a serem adotados para garantia da disponibilidade destas cláusulas de SLA serão de inteira responsabilidade da contratada, não podendo, para tanto, exigir pagamento adicional além daqueles já previstos neste documento.

19. O serviço de acesso à internet de que trata este item deverá ser instalado na sede do TRE-MS e ficar ativo na modalidade 24 h/dia, 7 dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

20. O serviço de acesso à internet de que trata este item **não** deverá possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda contratada.

### DAS INSTALAÇÕES:

21. A operadora realizará a instalação do link de acesso à internet considerando a velocidade discriminada para o objeto neste Termo de Referência (a saber: 500 Mbps).

- 21.1. A operadora poderá ofertar velocidade maior que a exigida, devendo para isso indicá-la na proposta.
- 21.2. No caso de oferta de velocidades superiores, deverão ser respeitados os valores máximos admitidos pelo TRE-MS disposto no Capítulo II do presente Termo de Referência.
22. O prazo de instalação do link não poderá ser superior a **30 (trinta) dias consecutivos**, contados da solicitação da fiscalização.
23. Deverão estar previstas em proposta todos os custos referentes à instalação/habilitação do link, inclusive os decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral.
24. A passagem dos cabos necessários para ativação do link de acessos à Internet, desde o ambiente externo até o local onde ficarão os equipamentos de comunicação do TRE, será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo utilizar para tanto, preferencialmente, a infraestrutura de cabeamento disponível no Prédio do TRE-MS (calhas, dutos, eletrocalhas, etc).
25. A CONTRATADA deverá fornecer o link, obrigatoriamente, por meio terrestre, implementado por meio de fibra ótica.
- 25.1. Tal medida é motivada em razão de que o link contratado no item 01 será concentrador, cabendo por necessária a utilização de tecnologia com menor suscetibilidade à interferência.
- 25.2. Desta forma, não será admitido acesso à internet via satélite, pares metálicos ou rádio, pois essas são tecnologias mais suscetíveis a interferências atmosféricas.
26. Faculta-se à operadora interessada a realização de visita e vistoria, mediante agendamento prévio, às unidades da Justiça Eleitoral a serem atendidas pelos serviços, para fins de coleta de informações necessárias à elaboração da sua proposta.
- 26.1 O agendamento deverá ser realizado através de envio de mensagem para a conta [sgi@tre-ms.jus.br](mailto:sgi@tre-ms.jus.br) ou ainda contato telefônico, número (67)2107-7122, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas.
27. Os horários de trabalho de instalação da conexão à internet do TRE também deverão ser previamente agendados (vide cláusula 26.1), e executados em conjunto com equipe técnica designada pela Seção de Gestão de Infraestrutura do TRE, de maneira a garantir a mínima interferência no andamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral.
28. A CONTRATADA deverá atender as normas de biossegurança vigentes no TRE-MS e publicadas por demais órgãos competentes (municipais, estaduais e federais) para realizar o trabalho.

#### **DOS TESTES PARA ACEITE DO LINK INSTALADO:**

29. Após a instalação, serão realizados testes de funcionamento do link de acesso à internet fornecido, emitindo relatórios de testes em duas vias ou em formato eletrônico no sistema SEI do TRE-MS, as quais deverão ser assinadas pelos executores e pelos servidores designados à fiscalização dos serviços.
- 29.1. Os testes deverão ser realizados pela equipe da CONTRATADA.
- 29.2. Não sendo possível a realização dos testes pela CONTRATADA, os mesmos serão realizados pela equipe da CONTRATANTE. Nesse caso a CONTRATADA não poderá refutar os métodos e ferramentas utilizados bem como os resultados obtidos.
- 29.3. O link será considerado instalado e passível de faturamento somente após a conclusão do teste e respectivo aceite do mesmo.
30. Serão realizados os seguintes testes no link instalado:
- 30.1. Acesso à internet;
- 30.2. Aferição da velocidade do link instalado, tanto para download como para upload;

30.3. Verificação da latência e perdas de pacotes; e

30.4. Correto funcionamento do protocolo *SNMP* no equipamento de roteamento.

#### DA MANUTENÇÃO E TEMPO DE REPARO:

31. O serviço de manutenção deverá ser prestado pela CONTRATADA, que atenderá obrigatoriamente as seguintes condições:

31.1. Todos os serviços de manutenção do link de acesso à internet são de inteira responsabilidade da operadora e devem ser efetuados no decorrer de toda a contratação, restando inclusos seus custos no pagamento mensal relativo ao fornecimento do link de acesso à secretaria, não se admitindo quaisquer despesas adicionais para o TRE-MS com a prestação destes serviços;

31.2. A operadora será responsável pela manutenção corretiva quando detectado algum mau funcionamento de enlaces ou equipamentos, ou ainda decorrentes de problemas nas instalações, de forma a normalizar o funcionamento do sistema.

31.3. O serviço de manutenção deverá, sempre que possível, ser realizado no local onde o equipamento se encontra instalado, sendo que, caso seja necessária a remoção, caberá à operadora promover a substituição do equipamento por outro idêntico ou superior, em perfeito funcionamento, de forma a não interromper o funcionamento do sistema.

31.4. Deverá ser permitida abertura de chamado de manutenção junto à central de atendimento da operadora, através de telefone “0800” (ou ligação local) ou “portal web/e-mail”.

31.4.1. A central de atendimento para abertura de chamados de que trata a cláusula anterior deverá funcionar na modalidade 24h/dia, 7 dias/semana.

32. Constatada alguma falha no funcionamento da solução contratada, a operadora terá de providenciar a solução completa do **reparo em, no máximo, 08 (oito) horas corridas**, contadas da notificação do problema junto à central de atendimento.

32.1. **No período eleitoral**, entendido este como o lapso temporal de doze dias que antecedem aos pleitos eleitorais e considerados também os dois dias subsequentes a cada turno das eleições (1º e 2º turno, quando houver), a solução dos problemas constatados pela fiscalização deverá ocorrer no **prazo máximo de 04 (quatro) horas corridas**;

32.2. **No período de fechamento de cadastro**, entendido este como o lapso temporal de 7 (sete) dias consecutivos com início a partir de 155 (cento e cinquenta e cinco) dias que antecede o 1º turno de um pleito eleitoral, incluindo finais de semana e feriados, a solução dos problemas constatados pela fiscalização deverá ocorrer no **prazo máximo de 04 (quatro) horas corridas**.

#### **CAPÍTULO IV. DA NOTA FISCAL/FATURA**

1. O faturamento dos serviços contratados deverá, caso seja tecnicamente possível, ter sua periodicidade coincidente com os meses civis.

2. A Contratada deverá emitir a respectiva Nota Fiscal no início do mês subsequente ao mês de prestação do serviço e encaminhá-la imediatamente para o e-mail da fiscalização, [sgi@tre-ms.jus.br](mailto:sgi@tre-ms.jus.br), exceto no mês de dezembro que deve ser emitida junto com o faturamento de novembro para pagamento antecipado, mediante solicitação expressa da fiscalização.

3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE-MS.

4. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

## CAPÍTULO V. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na Nota Fiscal/Fatura (desde que apresentada ao TRE-MS no prazo fixado na cláusula 2 do Capítulo IV deste Termo de Referência).
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só se efetivará após o atesto dos serviços e mediante a comprovação da regularidade da contratada perante a Seguridade Social (CND-INSS/CRF-FGTS) e trabalhista (CNDT).
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE-MS, entre a data de vencimento e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

5. Face a necessidade de adequação dos pagamentos ao atendimento das metas na execução dos serviços, os valores a serem faturados concernentes aos serviços objeto desta contratação estarão sujeitos à glosa de acordo com níveis de serviço (SLA), independentemente das penalidades previstas no Capítulo VI.

5.1. Só serão pagos os serviços efetivamente executados e devidamente aceitos e recebidos pela fiscalização.

**5.2. No caso de aplicação de glosa durante 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intervalados durante 1 (um) ano, caracterizará inexecução parcial sujeita à aplicação das sanções administrativas, inclusive rescisão contratual.**

6. O Desconto a ser aplicado pelo não cumprimento do Acordo de Nível de Serviço - SLA (Service Level Agreement) contratado para as conexões dedicadas será assim estipulado:

6.1. O SLA não estará cumprido caso o somatório de tempos de parada do respectivo enlace exceda o tempo permitido de parada, que é obtido por:

$$T_{\text{permparada\_con\_ded}} = T_{\text{total\_disp\_con\_ded}} \times (1 - 0,990)$$

onde:

- **$T_{\text{total\_disp\_con\_ded}}$**  = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão dedicada no respectivo mês
- **0,990** equivale ao SLA de 99%

7. Em caso de não cumprimento do SLA (acordo de nível de serviço) contratado, a CONTRATADA se obrigará a conceder um desconto na parcela atual ou na parcela subsequente (do mês seguinte) de pagamento mensal, observando a seguinte regra:

**Desconto no mês seguinte =**

$$(V_{\text{men\_con\_ded\_PERFIL\_X\_UF}} / T_{\text{total\_disp\_con\_ded}}) \times (2 \times (S_{\text{PNF}} - T_{\text{permparada\_con\_ded}}))$$

onde:

- **Vmen\_con\_ded\_PERFIL\_X\_UF** = Valor mensal pago pela respectiva conexão dedicada
- **Ttotal\_disp\_con\_ded** = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão dedicada no respectivo mês
- **S PNF** = somatório dos PNF (“período de não funcionamento da conexão”) em minutos
- **Tpermparada\_con\_ded** = tempo de parada permitido de acordo com o SLA contratado

Ou seja, o desconto na parcela subsequente será proporcional a 2 (duas) vezes ao somatório dos PNF, descontado o tempo de parada permitido de acordo com o SLA contratado.

**Obs. 1:** o PNF – Período de não funcionamento da conexão é o tempo decorrido entre a “abertura de chamado técnico” e a solução do problema, atestada pela equipe técnica da Justiça Eleitoral.

**Obs. 2:** serão excluídas dos cálculos de PNF as paradas programadas pela equipe técnica da Justiça Eleitoral em conjunto com a **CONTRATADA**.

## **CAPÍTULO VI. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. As sanções administrativas relativas ao objeto desta contratação serão disciplinadas no Termo de Contrato (minuta – Anexo II).

## **CAPÍTULO VII. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE-MS**

1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são direitos e deveres do TRE-MS:

- 1.1. Requisitar a prestação dos serviços objeto desta contratação, na forma prevista neste Termo de Referência e nas demais normas aplicáveis.
- 1.2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 1.3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 1.4. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
- 1.5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO VIII. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)**

1. Sem prejuízo do que vier a ser disposto na minuta do Termo de Contrato, são obrigações gerais a serem observadas por todas as empresas contratadas:

- 1.1. Prestar ao TRE-MS os serviços objeto desta contratação, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Edital de Licitação, na Minuta do Contrato e nos demais anexos, obedecendo à regulamentação aplicável.
- 1.2. Dispor de um consultor ou gerente de contas para acompanhar o CONTRATO e indicar o(s) funcionário(s) que estarão designados para atender as solicitações da FISCALIZAÇÃO relativas a esta contratação. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição do referido consultor ou gerente de contas da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.
- 1.3. Garantir sigilo e inviolabilidade das comunicações de dados ou mensagens realizadas por meio do serviço desta contratação.



- 1.4. Prestar o serviço 24 horas por dia, sete dias por semana, durante todo o período de vigência do CONTRATO.
- 1.5. Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência do CONTRATO, por meio de chamada telefônica, sem nenhum ônus ao TRE-MS, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos.
- 1.6. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade das Contratadas para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização.
- 1.7. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável ao objeto da contratação, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE-MS.
- 1.8. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 1.9. A contratada fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
- 1.10. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE-MS (Resolução 690/2020);
- 1.11. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE-MS;
- 1.12. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE-MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- 1.13 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
- 1.14. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

## **CAPÍTULO IX - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)**

1. O presente Termo de Referência visa à contratação de Link Backup para a Secretaria do TRE-MS, a seguir listaremos os motivos da contratação, bem como os objetivos a serem alcançados e benefícios esperados:

1.1. Em 2021 o TRE-MS realizou contratação de link backup para a secretaria do TRE-MS através do Contrato 6/2021 (1030257). Mas a Empresa contratada indicou o desinteresse pela renovação de contrato.

O Serviço é necessário para garantir a conexão deste TRE-MS com outras unidades da Justiça Eleitoral e com a rede de computadores para tomar e prover serviços essenciais pela rede de internet.

1.2. Dentre os benefícios esperados estão:

1. Maior disponibilidade dos links que compõe a rede Backbone Secundário.

2. Maior velocidade para conexão à Internet uma vez que o link backup da Secretaria poderá ser utilizado para tal fim enquanto não estiver sendo usado para a conexão do Backbone Secundário
3. Possibilidade de aumentar a disponibilidade de comunicação com o TSE (Backbone primário)

2. A Justificativa para aumento da velocidade do link Principal se deve pela nova forma de trabalho que aumentou consideravelmente o uso de reuniões online e treinamentos a distância, e também pelo fato de o custo dessa velocidade pretendida ter seu valor de mercado reduzido durante os últimos anos.

Abaixo segue uma lista de soluções comercializadas no estado do Mato Grosso do Sul que teriam a possibilidade de atender os requisitos:

### IPSat

Tecnologia que provê acesso à Internet através de satélites geoestacionários localizados na órbita terrestre.

Possui a vantagem de não necessitar de infraestrutura da operadora de telecomunicação na localidade, o que diminui a complexidade da instalação do link. Porém possui uma alta latência, o que faz com que a conexão VPN utilizada pelo TRE-MS fique fortemente degradada, praticamente inviabilizando a conexão entre a secretaria e as demais unidades da Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

O uso dessa tecnologia **não é adequada** para atender a necessidade desta contratação por:

- Possuir alta latência, o que degrada o uso da tecnologia VPN usada pelo TRE-MS, podendo tornar alguns sistemas indisponíveis, como é o exemplo do sistema SEI.

### ADSL

Tecnologia facilmente encontrada nos municípios do estado. Não fornece IP estático. Velocidade de *upload* é menor do que a velocidade de *download*. Não possui todas as garantias de disponibilidade e qualidade necessárias para funcionar como Link Backup da Secretaria.

O uso dessa tecnologia **não é adequada** para atender a necessidade desta contratação por:

- não possuir garantias de velocidade e disponibilidade.
- não fornecer IP estático, necessário para servir como provedor VPN
- disponibilizar apenas 1 (um) IP para ser utilizado durante a conexão

### IP Dedicado Terrestre

Tecnologia de acesso à Internet através de meio físico terrestre (fio metálico ou fibra ótica). Há como garantir níveis mínimos de taxas de *upload* e *download*, bem como latência máxima. Através dele é possível utilizar a VPN da Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul sem degradação. O Link Principal da secretaria do TRE-MS usa essa tecnologia e a mesma atende as necessidades do órgão de forma satisfatória.

O uso dessa tecnologia **é adequada** para atender a necessidade desta contratação por:

- Prover acesso direto à Internet.
- Permite uso da tecnologia VPN usado pelo TRE-MS sem degradação do link.
- Garante níveis mínimos de taxas de *download*, *upload*, latência e disponibilidade.

3. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no processo eletrônico (SEI), protocolado sob o n.º 0003724-60.2022.6.12.8000.

4. A Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul interconecta sua secretaria com suas unidades externas através da rede Backbone Secundário. Atualmente as localidades interconectadas de forma ininterruptas pela rede Backbone Secundário são:

- 39 localidades que hospedam sede de Zonas Eleitorais do interior do Mato Grosso do Sul.
- 23 localidades que hospedam Postos de Atendimento ao Eleitor no interior do Mato Grosso do Sul, sendo que está previsto mais uma localidade em Selvíria
- 01 Posto de atendimento, localizado no CIJUS (Centro Integrado de Justiça).
- 01 localidade que hospeda o Anexo do TRE-MS (Almoxarifado, Depósito de Urnas e Arquivo).

Para atender a demanda informada é necessário a seguinte contratação:

Produto	Quantidade
Link IP Dedicado Backup 500Mbps	01

A demanda prevista era a renovação do link de 40Mb, mas com o não-interesse da contratada, optou-se pelo aumento da velocidade do link Principal para atender as demandas encontradas pela equipe de planejamento (nova forma de trabalho que aumentou consideravelmente o uso de reuniões online e treinamentos a distância, e também pelo fato de o custo dessa velocidade pretendida ter seu valor de mercado reduzido durante os últimos anos).

5. Seguem informações quanto às soluções disponíveis no mercado e justificativa para a escolha da solução:

5.1. Por já possuir contrato com o TRE-MS para fornecimento do link principal da Secretaria do órgão, a empresa IDL Net fica impedida de participar uma vez que, caso possua contrato de fornecimento dos links principal e backup, uma falha generalizada em sua infraestrutura causaria a parada de ambos os links do TRE-MS, perdendo o objetivo buscado por um link backup. Desta forma, temos várias soluções disponíveis no mercado, entre elas podemos citar

Empresa	Produto
Embratel	IP Dedicado Embratel
Freeway	IP Dedicado Speedway
Oi S.A.	IP Dedicado Oi
Guaiba Tecnologia	IP Dedicado Guaiba

6. O objeto do certame enquadra-se como contratação de serviços (3390.40), de natureza comum no mercado.

7. A contratação de link backup para a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, para compor a solução de Backbone Secundário, será inserida em um único item no Termo de Referência, pois pela característica do serviço não é técnica e economicamente viável seu parcelamento.

8. Por se tratar de contratação de serviço Comum de Tecnologia da Informação, com padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos, submete-se à resolução CNJ 182/2013 e Decreto 7.174/2010.

Sendo assim, a contratação se dará na modalidade de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, uma vez que os serviços licitados podem ser enquadrados como comuns, nos termos do inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/2019.

*Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*

---

*II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;*

Em virtude da disposição contida no §1º do art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, a licitação se dará na modalidade eletrônica:

*Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*

*§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.*

No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de serviços comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser o do tipo MENOR PREÇO.

Pretende-se, até o momento, que esta aquisição seja realizada de forma imediata, não se tratando, portanto, de registro de preços.

Em atendimento ao disposto no cap. V da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, observado o art. 8º do Decreto 7.174/2010 deverá ser observado as preferências na contratação (art. 3º da Lei 8.248/1991).

9. Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, não necessitar de licença ambiental, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental.

10. A conformidade técnica e legal consta no capítulo II deste termo de referência.

11. As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento estão descritos nos Capítulos III, VI, VII e VIII.

12. Como o TRE-MS utiliza tecnologia de VPN (rede privada virtual) o mesmo é responsável pelos endereçamentos de rede e qualquer outro tipo de configuração da mesma. Como a empresa contratada irá fornecer apenas uma infraestrutura de comunicação com padrões de mercado, não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada.

13. Os direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplicam à aquisição dos objetos deste Termo de Referência. Por tratar-se de serviços de uso geral de qualquer empresa, e não desenvolvido especificamente para o órgão.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, Técnico Judiciário, em 06/07/2022, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1239607** e o código CRC **A5F6B1EA**.

---

0003724-60.2022.6.12.8000

1239607v4